



A Santa Sé

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE JOÃO PAULO II E DO PATRIARCA ECUMÉNICO BARTOLOMEU I

Hoje encontramos-nos aqui reunidos, em espírito de paz para o bem de todos os seres humanos, e para a salvaguarda da criação. Neste momento da história, no início do terceiro milénio, ficamos amargurados ao tomarmos conhecimento do sofrimento quotidiano de um elevado número de pessoas, sofrimento este causado pela violência, a fome, a pobreza e a doença. Estamos preocupados também com as consequências negativas, para a humanidade e para toda a criação, da degradação de alguns recursos naturais como a água, o ar e o solo, provocada por um progresso económico e tecnológico que não reconhece e não tem em consideração os seus próprios limites.

Deus Onnipotente vislumbrou um mundo de beleza e de harmonia, e criou-o fazendo de cada uma das suas partes uma expressão da sua própria liberdade, da sua sabedoria e do seu amor (cf. *Gn* 1, 1-25).

No centro de toda a criação, Deus inseriu-nos a nós, seres humanos, com a nossa dignidade humana inalienável. Embora compartilhem muitas características com o restante dos seres vivos, Deus Onnipotente fez mais por nós, dando-nos uma alma imortal, fonte de autoconsciência e de liberdade, dádivas que nos fazem ser à sua imagem e semelhança (cf. *Gn* 1, 26-31; 2, 7).

Caracterizados por esta semelhança, Deus pôs-nos no mundo a fim de que cooperássemos com Ele para a realização cada vez mais plena da finalidade divina da criação.

No início da história, o homem e a mulher pecaram, desobedecendo a Deus e rejeitando o seu desígnio para a criação. Uma das consequências deste primeiro pecado foi a destruição da harmonia original da criação. Se examinarmos atentamente a crise social e ambiental que a comunidade mundial está a enfrentar, devemos concluir que ainda estamos a atraiçoar o mandato que Deus nos deu: ser administradores, chamados a colaborar com Deus, velando sobre a

criação com santidade e sabedoria.

Deus não abandonou o mundo. Ele quer que o seu desígnio e a nossa esperança em relação ao mundo se realizem através de uma cooperação destinada a restabelecer a sua harmonia originária. No nosso tempo, estamos a assistir ao desenvolvimento de uma *consciência ecológica*, que deve ser encorajada a fim de poder redundar em iniciativas e programas concretos. A consciência da relação entre Deus e a humanidade dá um sentido mais completo à importância do relacionamento entre os seres humanos e o meio ambiente natural, que é a criação de Deus, e que Ele nos confiou a fim de que cuidássemos dela com sabedoria e amor (cf. *Gn 1, 28*).

O respeito pela criação deriva do respeito pela vida e pela dignidade do homem. É com base no nosso reconhecimento de que o mundo foi criado por Deus, que podemos discernir uma ordem moral objectiva no âmbito da qual é necessário definir um código e uma ética ambiental. Nesta perspectiva, os cristãos e todos os outros crentes têm um papel específico a desempenhar, proclamando os valores morais e educando as pessoas a cultivarem uma *consciência ecológica*, que não é outra coisa senão a responsabilidade em relação a si mesmas, aos outros e à criação.

São necessários um acto de arrependimento da nossa parte e uma renovada tentativa de nos vermos a nós mesmos, os outros e o mundo que nos circunda, a partir de uma perspectiva do desígnio divino para a criação.

O problema não é meramente económico e tecnológico, mas moral e espiritual. Uma solução a níveis económico e tecnológico só é possível se experimentarmos, da maneira mais radical, uma íntima mudança do coração, que leve a uma transformação do estilo de vida e dos modelos insustentáveis de consumo e de produção. Só uma *conversão autêntica* a Cristo nos permitirá transformar o nosso modo de pensar e de agir.

Em primeiro lugar, devemos voltar a ter uma atitude de humildade e a reconhecer os limites dos nossos poderes e, sobretudo, os limites do nosso conhecimento e juízo. Temos tomado decisões, realizado obras e definido valores que estão a afastar-nos do mundo, que deveria ser segundo o desígnio de Deus para a criação, levando-nos para longe daquilo que é essencial para um planeta sadio e para um sã colectividade de pessoas. São necessárias uma nova abordagem e uma renovada cultura, fundamentadas na centralidade da pessoa humana no seio da criação, e inspiradas por um comportamento assente sobre uma ética que derive do nosso tríplice relacionamento com Deus, conosco mesmos e com a criação. Esta ética promove a interdependência e sublinha os princípios de solidariedade universal, de justiça social e de responsabilidade, em ordem a promover uma autêntica cultura da vida.

Em segundo lugar, devemos admitir francamente que a humanidade tem direito a algo de melhor, a um mundo livre da degradação, da violência e do derramamento de sangue, a um mundo de

generosidade e de amor.

Em terceiro lugar, conscientes do valor da oração, devemos implorar a Deus que ilumine as pessoas de toda a parte, para que cumpram o dever de respeitar e de velar atentamente sobre a criação.

Por isso, convidamos todos os homens e todas as mulheres de boa vontade a avaliar a importância dos seguintes objectivos éticos:

1. Pensar nas crianças do mundo, quando elaborarmos e considerarmos as nossas opções concretas.
 2. Estar dispostos a estudar os valores autênticos, fundamentados sobre o direito natural, que estão na base de toda a cultura humana.
 3. Recorrer à ciência e à tecnologia de maneira íntegra e construtiva, reconhecendo que os resultados da ciência devem ser sempre avaliados à luz da centralidade da pessoa humana, do bem comum e da finalidade inerente à criação. A ciência pode ajudar-nos a corrigir os erros do passado, em ordem a melhorar o bem-estar espiritual e material das gerações do presente e do futuro. Será o amor pelos nossos filhos que nos mostrará o caminho a seguir no futuro.
 4. Ser humildes no que diz respeito à ideia de propriedade, demonstrando disponibilidade em relação às exigências da solidariedade.
- A nossa condição de homens mortais e, além disso, a nossa debilidade de juízo, chamam a atenção para o realização de acções irreversíveis no que se refere àquilo que decidimos considerar como nossa propriedade, durante a breve existência terrestre. Não nos foi concedido um poder ilimitado sobre a criação. Somos somente administradores do património comum.
5. Reconhecer a diversidade das situações e das responsabilidades na obra destinada a melhorar o meio ambiente mundial. Não podemos esperar que todas as pessoas e instituições suportar o mesmo fardo. Cada pessoa tem um papel a desempenhar; contudo, a fim de que se respeitem as exigências da justiça e da caridade, as sociedades mais abastadas devem suportar a carga mais pesada, e delas é exigido um sacrifício maior do que aquele que os pobres podem oferecer. As religiões, os governos e as instituições devem enfrentar muitas situações diversas mas, tendo como base o princípio de subsidiariedade, todos podem desempenhar algumas tarefas, determinadas funções, em ordem ao bem comum.
 6. Promover uma abordagem pacífica das divergências de opinião sobre o modo de viver na terra, de a partilhar e de usufruir da mesma, e sobre o que devemos mudar e o que podemos deixar como está. Não desejamos fugir a controvérsia sobre o meio ambiente, porque confiamos

nas capacidades da razão humana e no caminho do diálogo para alcançar um entendimento. Comprometemo-nos no respeito pelas opiniões das pessoas que não estão de acordo connosco, procurando soluções mediante um intercâmbio aberto, sem recorrer à opressão, nem à prevaricação.

Não é demasiado tarde. O mundo criado por Deus possui incríveis poderes de purificação. No decurso de uma única geração podemos preparar o caminho da terra para o futuro dos nossos filhos. Que esta geração tenha início agora, com a ajuda e a bênção de Deus!

Roma-Veneza, 10 de Junho de 2002.